

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI

NOVA SÉRIE

BELEM — PARÁ — BRASIL

ANTROPOLOGIA

N.º 3

JULHO 1959

A SITUAÇÃO ATUAL DOS TAPIRAPÉ (*)

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

(Museu do Índio — SPI)

Os índios Tapirapé que, atualmente, estão reduzidos a 54 indivíduos e apenas uma aldeia, situada junto à foz do rio do mesmo nome e a quatro quilômetros do Posto Indígena Heloisa Tôrres, do Serviço de Proteção aos Índios, já constituíram um grupo relativamente numeroso, estimado em cerca de um milhão de pessoas distribuídas em seis aldeias, próximas às cabeceiras do rio Tapirapé.

As drásticas reduções que sofreram em seu número, tiveram início antes de seus primeiros contatos com populações neobrasileiras que, já em 1909, começaram a se instalar naquela região. Antes desse ano, já haviam sido atingidos por uma epidemia de varíola e, logo em seguida, por uma gripe, que levaram duas aldeias à extinção, obrigando os remanescentes a se recolherem às quatro aldeias restantes. Depois de 1909, duas

(*) N. A. — Essa breve notícia sobre os Tapirapé foi tirada de um relatório que apresentamos à Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios, em 14 de agosto de 1957, onde comunicávamos os resultados de nossa viagem ao Araguaia, em companhia do Dr. Charles Wagley que, assim, retornava pela terceira vez ao território Tapirapé. O autor pertence atualmente aos quadros do Museu Nacional.

outras aldeias se extinguiram face à epidemia de febre amarela e de gripe “espanhola” (1).

Em 1935, Herbert Baldus, subindo o Tapirapé, encontrava a aldeia *Tampiitáwa* com uma população de 130 pessoas, bem como notícias de uma segunda aldeia, *Txitxutáwa*, mais para dentro da mata, com uma população calculada em número bem menor do que a primeira. Charles Wagley e E. Galvão, em 1939-40, iriam encontrar em *Tampiitáwa* 147 indivíduos, refletindo — com tôda a certeza — a grande maioria da população Tapirapé, naquela época concentrada em sua maior aldeia. E novamente Baldus, subindo o Tapirapé em 1947, encontrava 62 pessoas naquele grupo-local, número êste que, se somando à população de *Txitxutáwa*, não daria mais de uma centena de indivíduos. Wagley, retornando em 1953, iria encontrar apenas 51 indivíduos, já então deslocados de seu antigo sítio e habitando uma só aldeia nas proximidades da foz do Tapirapé, onde, agora, em 1957, os fomos encontrar. Assinale-se, ainda, que desde a segunda viagem de Wagley, já não se teve notícia de *Txitxutáwa*, provavelmente abandonada por temor a incursões Kayapó, levando-se em conta a grande proximidade em que ficava do território daqueles índios (2).

Essa sistemática redução populacional que os Tapirapé vêm sofrendo, mesmo antes de suas primeiras experiências diretas com nossa sociedade, deve-se antes a fatores bióticos do que, como se poderia pensar, ao processo de aculturação que se teria iniciado entre êles e núcleos néo-brasileiros. Wagley demonstra que tão devastadora depopulação, diminuindo o número de

(1) Cf. Darcy Ribeiro, “Convívio e Contaminação”, in *Sociologia*, vol. 18, n.º 1, março de 1956, pp. 39-40.

(2) Sôbre uma outra aldeia Tapirapé — que seria povoada por índios hostís — nada há de positivo; os próprios especialistas em Tapirapé, como Baldus e Wagley, põem muita dúvida sôbre sua real existência, apesar de alguns indícios fornecidos por Orlando Vilas Bôas, segundo os quais existiria uma aldeia Tapirapé, com muitas casas, entre as cabeceiras do Tapirapé e as nascentes do rio da Liberdade.

aldeias, frustrou todo o elaborado sistema de relações intergrupais que anteriormente mantinham; desarticulou a unidade social mais operativa que era a família extensa, pela inclusão de remanescentes de aldeias extintas; desintegrou os segmentos sociais que controlavam as atividades coletivas, econômicas e cerimoniais e, ainda, afetou os arranjos matrimoniais, criando dificuldades para a obtenção de cônjuges (3).

CONTÁTO INTER-ÉTNICO

O contáto contínuo e sistemático com povoações néo-brasileiras somente se iniciou, ou, ao menos, foi muito intensificado, recentemente, quando o grupo-local de *Tampiitáwa* mudou-se para mais perto do rio Araguaia, fugindo às incursões de grupos Kayapó. Sendo índios especialmente ajustados à mata, os Tapirapé só agora começam a usar "ubás" e, curioso, a entrar com mais desenvoltura no rio. Aliás, a êsse respeito, conta Wagley que, mesmo em 1953, raríssimos eram os Tapirapé que se aventuravam a nadar no rio. Por não saberem construir canôas, compram-nas dos Karajá. E assim recebem tanto influências de nossa sociedade como dos Karajá, antigamente seus inimigos. É preciso assinalar que cada vez mais — caso persistam as atuais condições — serão intensificadas as relações inter-étnicas e intertribais naquela área: a partir de 1954 instalou-se em Santa Teresinha, a sete léguas e pouco de *Tampiitáwa*, a Companhia Imobiliária Vale do Araguaia (CIVA), que obtivera concessão de uma extensa área, na qual se acham incluídos não só as aldeias dos Tapirapé e dos Karajá, como também o próprio Posto Indígena Heloisa Tôrres. Para bem vender os lotes, a CIVA construiu um Hotel e transformou um pequeno povoado em centro de turismo para o rio Araguaia: nos poucos dias em que lá estivemos, pudemos ver dois grupos de caçadores-turistas e um de cinematografistas subirem o Araguaia e visitarem tanto os Tapirapé e

(3) Cf. Darcy Ribeiro, o. b., pg. 40 e Charles Wagley, "Tapirapé Social and Culture Change — 1940-1953", in Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas (editado por Herbert Baldus, 1955) São Paulo — 1954.

Karajá, como também os Xavante de São Domingos, no alto Araguaia. É evidente que semelhante centro de turismo não deixará de influenciar especialmente os Tapirapé, ameaçando-os de compulsões imprevisíveis.

É sintomático do incremento turístico o fato de que uma família encabeçada pela viúva D. Inês, néo-brasileira residente há cerca de trinta anos no local, ter transformado suas habitações em hospedagem para visitantes.

Mas antes de passarmos à análise de suas relações com os Karajá, gostaríamos de acentuar que os contatos entre os Tapirapé e a sociedade regional, assumem três formas: I) simples vizinhança (D. Inês e seus hóspedes); II) comercial (Santa Teresinha, onde não raro aparecem alguns Tapirapé para comprar ou “ganhar” coisas); III) assistencial (Posto do S. P. I. e Missão religiosa das “Irmãzinhas de Jesus”). A rigor, haveria uma quarta forma que, sem ser contínua e sistemática, não deixa de influir de algum modo na comunidade Tapirapé; IV) os visitantes “en passant” pelo Araguaia, dentre os quais contam-se desde turistas e regatões até padres dominicanos de Conceição do Araguaia ou de São Domingos. Todavia, apesar de cada vez mais intenso contato com nossa sociedade, os Tapirapé conservam bastante viva a essência de seu patrimônio cultural que sobrevive às ponderáveis mudanças que sua cultura, como um todo, vem sofrendo.

SEUS VIZINHOS KARAJÁ

A pequena comunidade Karajá, localizada junto ao Posto Indígena Heloisa Tôres, é de origem relativamente recente. Seu “Capitão” Taxirimã, instalou-se lá logo depois da criação do Posto, isto por volta de 1945. Nascido em Furo de Pedra — uma pequena povoação ao norte de Santa Teresinha — casado com uma mulher Karajá do Riozinho e antigo componente da aldeia Jatobá, onde nasceu sua filha mais velha, Taxirimã é o que se pode chamar de um moderno Karajá; sua grande mobilidade e suas experiências com nossa sociedade (durante muito tempo, quando solteiro, foi remeiro nas embarcações do Araguaia), tor-

naram-no um indivíduo adestrado na lida com a população néo-brasileira e, conseqüentemente, um ponderado "capitão". Mantém boas relações com o encarregado do Posto e com seus vizinhos Tapirapé, bem como com os componentes da casa de Dona Inês.

Sua aldeia é formada por cinco famílias que perfazem 43 indivíduos, quase todos aparentados entre si. A se julgar pelo grande número de crianças de menos de 12 anos existentes na comunidade, pode-se atribuir ao grande índice de nascimentos a ampliação do grupo-local nesses últimos dez anos. O número de cônjuges e de filhos por adoção, vindos de fora da comunidade, não foi assim tão decisivo para o aumento da comunidade. Sendo os Karajá, com os Tapirapé, matri-locais, naturalmente apenas as consortes sem família, as órfãs, incluindo algumas Javaé (uma espôsa e uma criança adotada pelo "Capitão"), poderiam passar para a comunidade de seu marido. E se considerarmos, ainda, o número de meninas na aldeia, que agora começam a entrar na idade casadoira, temos que esperar um ligeiro acréscimo da comunidade, com a entrada dos consortes.

Por outro lado, a saída dos jovens casadoiros (em menor número e, pelo que parece, nem sempre dispostos a se casar, antes, pelo contrário, dispostos a se aventurarem pelas muitas povoações néo-brasileiras que se derramam pelas margens do Araguaia), não pesará tanto no equilíbrio demográfico interno, em virtude da tendência dos homens Tapirapé casarem-se com mulheres Karajá e, naturalmente, passarem para a aldeia de suas espôsas.

CONTATO INTER-TRIBAL

Isso se explica pela existência de um número relativamente grande de homens Tapirapé, em idade de casamento, sem possibilidades, porém, de obterem uma espôsa em seu próprio grupo. Há nessa situação cêrca de cinco jovens, dois adultos e um número bem grande de crianças do sexo masculino, com muito pouca chance de conseguirem uma espôsa quando atingirem a idade matrimonial: a proporção é de três crianças do sexo

masculino, para uma do sexo feminino. O que nos leva a prever uma intensificação dos matrimônios inter-tribais, já que dois deles foram realizados e ambos resultaram em filhos e sua conseqüente estabilização. Há — é verdade — outros mecanismos sócio-culturais que de certo modo dificultam uma maior incrementação desses matrimônios: 1) é o fato do homem Tapirapé, habituado à vida na mata, na lavoura e, afinal de contas, em sua própria comunidade — de estrutura e tradições completamente diferentes da de sua espôsa Karajá —, ter de ir morar na aldeia de sua consorte, quando não na própria casa de sua sogra (dos dois casamentos Tapirapé-Karajá, temos um — o do jovem Hanana-itú — que acabou morando com a família da espôsa; enquanto outro — o já maduro Txawá-natxoá — tendo sua própria casa na comunidade da espôsa); 2) o fato da mulher Karajá não gostar de trabalhar na lavoura, o que parece justificar o esteriótipo corrente entre os Tapirapé de que Karajá “é vagabundo e só gosta de mariscar”. Não fossem êsses mecanismos, cremos que boa parte dos 7 Tapirapé em condições de contrair matrimônio já teriam ido buscar suas mulheres na vizinha aldeia Karajá (4).

Analizando-se, ainda, o complexo matrimonial vemos que tanto os Karajá quanto os Tapirapé esperam obter, pelo casamento, mais indivíduos para seus próprios grupos. Com referência aos Karajá, pelo que foi visto acima, fica mais ou menos claro que existe uma tendência de se buscar espôsas que estejam em condições de passar para a comunidade do espôso (como aquelas jovens órfãs), contrariando assim a tradicional estrutura social Karajá. Relativamente aos Tapirapé, na impossibilidade de trazer as espôsas Karajá para Tampiitáwa, alimentam esperanças em trazer os filhos (incluindo as filhas). (As incisões circulares na face, por exemplo, são traços culturais Karajá que se já estão deixando de ser executados nas novas gerações —

(4) Não se pode deixar de considerar a recíproca: de que as mulheres Karajá não são muito estimuladas ao casamento com Tapirapé porque, segundo afirmam, “a vida da mulher Tapirapé é muito dura, trabalham muito na roça...”

como resultado do processo de aculturação com as populações néo-brasileiras —, muito menos o são nas crianças filhas de pai Tapirapé: seus pais explicam que seus filhos ou filhas passarão, quando maiores, a pertencerem à comunidade Tapirapé). Como se vê, ambas as comunidades em sua luta para sobreviverem, procuram assimilar uma à outra, o que praticamente vem impossibilitar uma assimilação inter-tribal.

INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Mas as relações Karajá-Tapirapé não se limitam apenas ao matrimônio. Elas assumem outras formas que não se pode deixar de considerar para bem entender a atual situação daqueles grupos, notadamente dos Tapirapé, reduzidos apenas à *Tampitáwa*. Diga-se de passagem que é tradicional a irrisória produção dos Karajá na lavoura; e, por êsse motivo, procuram sempre trocar seus pescados ou mesmo comprar com dinheiro os produtos das roças Tapirapé. Tivemos a oportunidade de verificar até onde vai essa dependência: enquanto o Posto produz muito pouco em seus roçados, os Karajá esperam suprir sua dieta com a mandioca e outros produtos agrícolas da lavoura Tapirapé. O que êles plantam não chega para o próprio consumo. Por outro lado, os Tapirapé dependem dos Karajá somente no que se refere à aquisição de canôas (ubás), o que não acontece sempre em virtude do alto preço que fica uma ubá, cerca de 1.500 a 3.000 cruzeiros. A propósito, alegam os Karajá que fazer canôa é o trabalho mais fatigante que conhecem — no que não deixam de ter razão, — quando se sabe que ela é feita de uma peça só de madeira, trabalhada a machado e a fogo. Também dependem, de certo modo, no que se refere a roupas: ou ganham suas roupas de turistas, ou conseguem algum pano e mandam costurar na aldeia Karajá; às vezes as mulheres Tapirapé chegam a costurar alguma saia para si, mas qualquer vestido mais complicado ou, ainda, roupa masculina (como calça e camisa) apenas uma mulher Karajá faz e cobra cerca de trinta cruzeiros o feito.

Uma outra forma de relações que verificamos entre êles, pode ser caracterizada pela prostituição de mulheres Karajá que

atraem a população masculina regional, inclusive os Tapirapé. Contaram-nos que na Aldeia do “Capitão” Taxirimã, havia duas “raparigas” (uma Karajá e outra Javaé), procedentes de Mato Verde e que estariam de passagem. Vimos uma e soubemos que a mesma estava com blenorragia, pondo em perigo, pois, não só os Karajá mas principalmente os Tapirapé, até aqui isolados desse tipo de contáto.

Creemos que, ao analisar alguns aspectos das relações Karajá-Tapirapé, deixamos bastante claro que elas chegam a apresentar certas características de nítida simbiose. É um fenômeno que nos parece bastante recente e só explicável pela aproximação cada vez maior dos Tapirapé ao Araguaia e à atual configuração daquela área, permitindo a existência de duas pequenas comunidades tribais contíguas, inseridas numa região em processo de ocupação por nossa sociedade. É provável que elas se acentuem caso permaneça a atual conjuntura regional ou que sua modificação leve cada um dos grupos a se acomodarem cada vez mais na mesma área que atualmente ocupam. Não se deve esquecer, entretanto, que os Karajá não estão em suas terras, como eles mesmos reconhecem, a julgar pelo nome que dão à sua própria aldeia que chamam de *Txalamadú*, cuja tradução seria “lugar de Tapirapé”. Eventualmente poderão amanhã, por uma causa externa qualquer, mudarem-se de lá para outra margem do rio Araguaia, como já aconteceu em 1956 a um casal e uma filha adotiva que, temerosos dos Kayapó, para lá se refugiaram (esses Kayapó que em 1956 estiveram na aldeia Tapirapé e no Posto, não eram outros que um pequeno grupo chefiado pelo índio Krumare e que pôs Santa Teresinha e todo o médio Araguaia em polvorosa). Quanto aos Tapirapé, embora não seja muito provável, é possível que retornem para suas matas, subindo o rio Tapirapé, desde que acreditem que os Kayapó não mais os atacam (como o fizeram em 1947 quando mataram 3 mulheres, roubaram duas e um menino, e só não fizeram mais mortes porque os homens não estavam na aldeia). E isso porque são bem grandes as dificuldades que encontram os Tapirapé para sobreviverem no atual lugar em que estão, como um povo agricultor: a existência de gado (do S. P. I., de D. Inês e do “Coronel” Lúcio da Luz) em

suas terras, não permite que tenham roças próximas à aldeia; e por isso, as fazem tão longe que levam duas horas para ir e duas e meia para voltar carregados de mandioca, abóbora, etc., gastando com isso quatro horas e meia diárias, se todos os dias pudessem ir para suas roças. Mas, parece que o medo dos Kayapó é tão grande, ou maior ainda, a atração que lhes desperta a civilização, pelas novas necessidades que adquiriram, o certo é que quando lá estivemos estavam eles se preparando para mudar para mais perto ainda do rio.

O PROBLEMA ASSISTENCIAL

O Posto Indígena Heloisa Tôrres está situado na foz do rio Tapirapé, a sete léguas de Santa Teresinha. Os justos motivos que levaram o Serviço de Proteção aos Índios a criá-lo, parecem ter deixado uma profunda marca em sua estrutura. Nasceu o P. I. Heloisa Tôrres para executar uma tarefa de vigilância: cuidar dos Karajá do norte, de difícil acesso por Santa Isabel (Posto Indígena Getulio Vargas), e policiar a entrada do rio Tapirapé para assim, diretamente, assegurar um certo isolamento para os índios Tapirapé. Parece que isso não foi o suficiente, mesmo ao tempo de sua instalação. A julgar-se pelo depoimento de Baldus (5), parece que nunca aos Tapirapé (ao menos desde seus primeiros contatos com néo-brasileiros), dispensou-se uma assistência mais direta, que se efetivaria pela instalação de um P. I. junto à antiga aldeia, no alto Tapirapé, como um complemento do P. I., de vigilância, Heloisa Tôrres. Mas isso não ocorreu. Os Tapirapé vieram para perto do Posto, e o que se verifica atualmente é que este P. I. continua sendo de vigilância, quando agora também deveria ter uma função assistencial mais efetiva. Tal assistência, ao menos em relação aos Tapirapé, praticamente foi transferida para as "Irmãzinhas de Jesus", que em número de duas e um padre, também da Missão, há uns cinco anos trabalham com sucesso em *Tampitáwa*. O Posto, malgrado a dedicação de seus funcionários, limita-se a assistir, na proporção de suas possibilidades, os Karajá de *Tzalamadú*.

(5) Cf. ~~o. c.~~ pp. 142-144.

"Índios da Baía do Bragança" e "S. P. I." - in *Boletim do Museu Paulista*, N. S., II, 1948.

As conseqüências de uma assistência eficiente, pudemos constatar entre os Tapirapé. Esse grupo que, como vimos, vinha num contínuo processo de depopulação, passou agora a apresentar uma população estabilizada e, o que é notável, com tendência a crescer. Várias são as causas que poderíamos apontar. As principais são: I) assistência médica simples, mas contínua; verificamos que graças à utilização oportuna de anti-bióticos, injetáveis e por via oral, os Tapirapé já reagem positivamente à gripe, o “catarro” como dizem, e outras doenças desse tipo, tradicionalmente ceifadoras de vidas; mesmo a última epidemia de sarampo, que levou quatro vidas, só não fez mais devido à ação dos antibióticos aplicados pelas missionárias; II) o desaparecimento do infanticídio; como se sabe, os Tapirapé para manterem uma estrutura demográfica que os permitisse conservar um tipo de população especialmente ajustada ao seu antigo meio-ambiente (compreendendo aí o habitat e a tradicional tecnologia com a conseqüente trama de relações sociais), teriam instituído o infanticídio do quarto filho em diante, i. é., um casal não poderia ter mais de 3 (número ideal, demograficamente falando, para renovar a população sem incrementá-la). As missionárias, tendo verificado a existência dessa prática — para elas incompreensível, é verdade — tentaram de todos os modos destruí-la, tendo sempre o cuidado de não ferir frontalmente a cultura tribal; até que encontraram a seguinte forma, de resultados magníficos: quando viam que uma mulher Tapirapé estava grávida — e que já tinha os seus três filhos —, passavam a vigiá-la até que, em vésperas do parto, propunham “comprar” a criança por um bom preço. . . Realmente, compravam a criança; mas, horas depois vinha a mãe pedi-la em devolução — no que as missionárias atendiam e ainda presenteavam os pais com uma série de brindes e agrados. Com isso, quebraram um tabú tribal, eficiente noutros tempo, quando uma população superior a mil pessoas dificilmente sobreviveria naquela região (com seu equipamento tecnológico tradicional); agora, aquêle tabú, aquela mesma técnica de contrôlê da natalidade, voltava-se contra o grupo, mais do que nunca necessitando de incrementar sua população|.

Concluindo, podemos dizer que os Tapirapé constituem mais uma prova (6) da possibilidade de sucesso da intervenção assistencial em grupos tribais em processo de desaparecimento; quando eficiente — e mesmo restrita a práticas médico-sanitárias (como é o presente caso) —, a intervenção externa leva a comunidade a uma estabilização demográfica e concorre, naturalmente, para sua reorganização sócio-cultural. A readaptação do Pôsto Indígena às novas necessidades dos Tapirapés (e Karajá), deverá ser completada pelo estímulo oficial ao trabalho daquelas missionárias, as quais, ao contrário da maioria das missões religiosas, antes de procurarem inculcar nos índios idéias cristãs, têm por meta a sobrevivência física não só do índio, como do grupo. A cooperação entre ambas as agências de manipulação da realidade indígena, levarão os Tapirapé a uma pronta recuperação, desde que se cumpram as seguintes tarefas: a) demarcação de suas terras; b) organização de sua economia, no sentido de aumentar sua produção e distribuí-la racionalmente; e c) manutenção e aprimoramento da assistência médico-sanitária.

(6) Inúmeros são os casos que poderíamos apontar em que graças à intervenção federal, através do SPI, grupos tribais conseguiram se reorganizar e sobreviver ao impacto com nossa sociedade; apesar das práticas assistenciais deixarem muito a desejar, não resta dúvida que sem a anterior reserva de suas terras tais práticas, por melhores que fossem, não teriam sentido — pois os grupos acabariam por desaparecer. Felizmente à “política de terras” que o SPI tem posto em prática, não tem faltado objetividade.